

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Lei Municipal nº 1378/94**  
**Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

**Ata nº 005/2019**

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos  
2 - CMAS, realizada no dia 21 do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, em segunda  
3 chamada às nove horas, no endereço do CRAS Morro São Bento, sito a Rua Santa Angela,  
4 156 – Morro São Bento - Santos/SP com a presença de conselheiros e convidados, cujas  
5 assinaturas constam na lista em anexo que faz parte integrante desta ata. A Sra. Mayara  
6 da Silva Curcio, Presidenta do Conselho, cumprimenta a todos e disse que algumas  
7 pessoas irão se atrasar devido não conhecerem o local da reunião, essa assembleia é  
8 descentralizada, faremos muitas outras assim. Na sequência passa para o **Item 1 -**  
9 **Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 06.11.2018 –**  
10 após a leitura da ata a Sra. Magali traz para a plenária uma explicação do que é o BEM –  
11 Base de Emergência Municipal, esclarece que cada Secretaria tem o seu compete, e o  
12 responsável pelo BEM é a Defesa Civil, em caso de incêndio a Defesa Civil aciona a  
13 Secretaria de Desenvolvimento Social. Pede que seja anexado a esta ATA, ofício enviado  
14 ao CMAS com detalhamento sobre o BEM. ATA APROVADA com ressalva. **Apreciação e**  
15 **Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 19.02.2019 –** após a leitura  
16 da ata a mesma é APROVADA. **Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral**  
17 **Ordinária do dia 19.03.2019 –** esta ATA será apresentada em outra AGO. **Item 2 -**  
18 **Apresentação Secretário.** O Secretário de Desenvolvimento Social Carlos Alberto Ferreira  
19 Mota, agradece a todos por estar presente nesta assembleia, ressalta a junção das duas  
20 Secretarias que hoje se tornou uma só. Fala da importância dos Conselhos e que os  
21 Conselheiros que representam o governo e não estejam comparecendo nas AGOS e nem  
22 nas Câmaras, que procurem seu coordenador ou mesmo até o seu próprio Secretário e  
23 peçam para ser substituído, pois a matéria tratada nos Conselhos são importantes e o  
24 tempo de cada um também é importante. Salaria ainda que ocorreram duas AGO's onde  
25 não houve relato do Gestor, o que dá a parecer que não existiu ação nesses meses, e pede  
26 que nos informes do Gestor de cada mês tragam-se os dados, as novidades e ações da  
27 Secretaria. Fala da importância da participação dos trabalhadores e dos usuários no  
28 Conselho para construção das Políticas Públicas. Ressalta ainda a importância da  
29 participação dos Chefes de Departamento nas AGO's, como representantes da Secretaria.  
30 Relata que todas as entidades que tenham parceria, ou não, com a Secretaria, mas que  
31 estejam registradas neste Conselho sejam cadastradas no CNEAS. Hoje são 55 entidades  
32 e 62 ofertas de serviços cadastrados no CMAS. Rosana Gomes fala que o cadastro no  
33 CNEAS começou no final ano 2018, a principio a partir da demanda das próprias entidades,  
34 que foi apresentado em uma reunião de Comissão de Política e a interlocução é contínua  
35 a respeito do CNEAS. Rodrigo Lachi diz da importância desse cadastro no CNEAS tendo  
36 as entidades Termo de Fomento, ou não, assim é de conhecimento do Gestor as atividades

37 e ações das entidades cadastradas no CMAS para um melhor alinhamento entre usuários,  
38 trabalhadores e entidades. O Secretário Carlos Mota fala sobre a Conferência que estamos  
39 em um cenário confuso de realização ou não da mesma, que cada município tem a sua  
40 legitimidade e a sua competência, porém é sabedor dos riscos temos, mesmo o CMAS  
41 deliberando para a execução da Conferência pois temos como fazer, e é parte de nossa  
42 responsabilidade a realização da Conferência, mas podemos correr o risco do Nacional não  
43 contemplar nossas propostas. Pede ainda que cada representante de sua Secretaria se  
44 empodere dos assuntos trazidos nas AGO's do CMAS e caso não tenha a resposta na hora  
45 que se responsabilize de trazer na próxima assembleia. A Presidenta Mayara diz que o  
46 CNEAS foi bastante importante para o olhar das entidades que não tenham o Termo de  
47 Colaboração ou Fomento com a Prefeitura, e ressalta como a Comissão de Políticas teve  
48 um papel bastante importante em abarcar todas as entidades. A Presidenta Mayara fala da  
49 importância dos Conselheiros não só participarem das AGO's, mas também participarem  
50 das Comissões sejam Titulares e ou Suplentes, para o bom funcionamento do conselho. A  
51 Presidenta Mayara faz a leitura da Carta do Forte SUAS, e explica que na data de hoje esta  
52 carta está sendo enviada a todos Prefeitos, Secretários e Conselhos da Baixada Santista –  
53 chamando todos para a realização da Conferência. O Secretário Carlos Mota diz que 100%  
54 do que for deliberado em assembleia será acatado pela Secretaria. **Item 3 – Apresentação**  
55 **do Programa Novo Olhar** – A Sra. Juliana Laffront faz a apresentação do Programa Novo  
56 Olhar que possui um projeto integrado de pesquisa e extensão em parceria com a  
57 UNIFESP, com duração de 12 meses, o CENSO irá nos dar uma parâmetro do número de  
58 moradores em situação de rua, porém esse é apenas um dos produtos desse projeto;  
59 envolve também uma pesquisa qualitativa; o envolvimento da sociedade civil e dos  
60 trabalhadores; capacitação, supervisão, realização de encontros todos que corrijam ao  
61 fomento da pesquisa como um todo. A primeira etapa foi concluída e será apresentada ao  
62 Secretário, que se constituiu em um Chamamento Público e articulação dos diversos  
63 agentes afetos a esse tema. Na segunda etapa a Universidade fará um compilado para  
64 apresentar a Secretaria e os demais interessados e a constituição do cronograma da  
65 pesquisa quantitativa. Existe um site do Programa Novo Olhar que traz informações do  
66 programa e do projeto do CENSO, irá conter também o compilado e o cronograma de  
67 execução da segunda etapa. A Sra. Josenice diz que como fica o acolhimento de pessoas  
68 em situação de rua que na realidade precisam de atendimento da Saúde? Que algumas  
69 pessoas encaminhadas ao SEACOLHE e ao Albergue Noturno não se enquadram ao  
70 atendimento ali oferecido pois precisam de atendimento de Saúde, que o ideal seria uma  
71 Casa de Convalescência. O representante da Secretaria de Saúde diz que na prática o  
72 Consultório na Rua agora conta com um equipamento chamado Unidade do Cuidado do  
73 Porto, onde todo o espaço está à disposição da equipe do Consultório na Rua. Fernanda  
74 Bernardino – Centro POP pede a palavra e diz que esse Programa Novo Olhar não foi  
75 pedido a participação dos trabalhadores e que já chegou pronto, e que o outro programa  
76 PAI também não foi passado aos trabalhadores e que seus colegas também não têm  
77 ciência disso. Outro questionamento é sobre o financeiro, se as outras Secretarias também  
78 participaram no financiamento desse programa? O Secretário Carlos Mota diz que o  
79 programa PAI não foi iniciativa da SEDS e sim da Ouvidoria devia a demanda em ações  
80 públicas de munícipes que querem ações efetivas da Prefeitura e desconhece todo o

81 trabalho do Consultório na Rua, alguns com visões higienistas e outros com visões  
82 humanitárias. O que a Ouvidoria quis foi demonstrar o que cada Secretaria faz após o  
83 acionamento do Consultório na Rua e da Equipe de Abordagem. Como sugestão que se  
84 traga a Ouvidora para expor quantitativamente essa demanda por região. Nayara – Equipe  
85 de Abordagem, pede a palavra e diz que as ações do PAI deveriam ser conversadas antes  
86 com eles, pois impactaram e muito no trabalho realizado por eles, o diálogo sempre é o  
87 melhor caminho. Barbara Weinert – CREAS ZNO, pede a palavra e questiona se a  
88 problemática é intersetorial por que o dinheiro só saiu do Fundo da Assistência? O folder  
89 deveria servir para divulgar o telefone e endereço dos serviços da Prefeitura, o 0800 que  
90 existente no folder é o da Guarda Municipal, também consta o telefone do SAMU e não  
91 vimos o interesse da Secretaria da Saúde em financiar esse programa. Ressalta ainda que  
92 o Programa Novo Olhar não foi apreciado e nem aprovado no Conselho portanto não  
93 poderia utilizar os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Rosana Gomes pede  
94 a palavra e diz ser muito importante entender que esse programa traz uma questão  
95 primordial, ele é uma ação continuada, ele é um Decreto. Pois estamos diante de um  
96 fenômeno da exclusão e é impossível trabalhar sozinho, e os acertos devem ser feitos sim.  
97 Mauricio – Chefe da Equipe de Abordagem Social, pede a palavra e diz que três serviços  
98 estão juntos no PAI, Saúde através do Consultório na Rua, a SEDS com a Equipe de  
99 Abordagem e a Guarda Municipal e a reflexão que fez foi que invertem as etapas, e que  
100 esses três serviços deveriam ter conversado antes. A Sra. Marilda (Abordagem) diz que  
101 segundo o artigo 3º o Secretário Carlos Mota abriu mão de coordenar o projeto passando  
102 a coordenação para a Ouvidoria, porém o Projeto maior é coordenado pela SEDS, e quando  
103 a Equipe de Abordagem é chamada para acolher 5 pessoas e não tem vaga nos abrigos e  
104 ela tem que levar até o Centro POP, sendo que os equipamentos não foram consultados  
105 sobre a demanda que seria impostas a eles, salientando que isso acontece fora do horário  
106 de atendimento e na segunda demanda do Centro POP que não tem nem insumos para  
107 esses atendimentos, pois o CENTRO POP deve ser avisado para que se faça uma provisão  
108 de lanche, de funcionários, e etc.; qual foi a análise realizada para a escolha dos 5 territórios  
109 desse programa ? Com todo respeito a escolha foi política para dar embasamento nas  
110 denúncias da municipalidade, e não visou o usuário pois tem locais que não tem mais POP  
111 RUA. O Secretário Carlos Mota pede a palavra e diz que quando a Equipe de abordagem  
112 pediu uma reunião com ele, o mesmo disse que as portas estão sempre abertas. A Sra.  
113 Marilda diz que teve que procurar o Sindicato para ser atendida. O Secretário Carlo Mota  
114 diz que é uma inverdade que pediu uma reunião e ele tenha se negado a atender e que seu  
115 gabinete sempre teve as portas abertas. A Sra. Marcia Ester diz que o pedido de reunião  
116 não foi negado, foi postergado e quando no dia marcado o Secretário não compareceu,  
117 pois quando diz que seu gabinete fica e portas abertas o que esperamos é que quando nos  
118 reunirmos em seu gabinete o Sr. Secretário estivesse presente. O Sr. Wagner pergunta  
119 qual é a perspectiva de zerar a população de rua? O número de técnicos da Equipe da  
120 Abordagem da Rua está adequado para a demanda apresentada? A Presidenta Mayara  
121 retorna a palavra e diz que o Protocolo de Gestão Integrada dos serviços, programas e  
122 benefícios o CRAS e CREAS aparecem de forma sacral e que devem estar vinculados. Em  
123 que tempo o Programa Novo Olhar esta articulado com o CREAS POP? No CENSO quem  
124 irá trabalhar serão estagiários? A Juliana responde que não e que serão os voluntários.

125 Que os estagiários irão atuar nos serviços com supervisão e participarão no projeto de  
126 pesquisa, e o CENSO é apenas um produto. A Presidenta Mayara diz que em conversa  
127 com Miriam, na comissão de finanças, havia entendido que boa parte das pessoas que  
128 iriam fazer a pesquisa do CENSO seriam estagiários que tivessem ligação com a UNIFESP.  
129 Em relação a SECAFUR como fica a educação permanente? O Secretário Carlos Mota diz  
130 que esse assunto é bem interessante as discussões e se coloca a disposição para um  
131 acompanhamento mensal. A Sra. Juliana pede a palavra e diz que a Guarda Municipal não  
132 se faz presente ao lado do Consultório na Rua, porém como em qualquer projeto ajustes  
133 devem ser feitos; que o relatório encaminhado pelo Sr. Maurício só chegou ontem a noite  
134 e por este motivo o Secretário ainda não tem em mãos e que o Consultório na Rua, volta  
135 para rua e questionamos: qual o Rh desse consultório? Qual o fluxo estabelecido com os  
136 demais serviços afetos? Qual a capacidade de atendimento? O Novo Olhar acaba sendo  
137 referência para as temáticas de população em situação de rua, que é um ganho e nos  
138 permite a questionar as sobreposições de ações. Qual o Gestor de referência para esse  
139 projeto? Qual é a estrutura mínima para realizar esse projeto? Com esse relatório temos  
140 como nos orientar se as ações e metas estão sendo cumpridas e cobrar o que não está  
141 sendo realizado. Por uma questão de ordem, com avanço da hora, e como temos muitos  
142 itens de pauta a serem deliberados, foi deliberado pela assembleia chamar uma AGE  
143 (Assembleia Geral Extraordinária), ficando pautado os seguintes itens: - Apreciação e  
144 Deliberação do Relatório Financeiro do 3º e 4º trimestres de 2018 do Fundo Municipal de  
145 Assistência Social – FMAS; - Pleito Eleitoral referente vacância dos representantes dos  
146 Trabalhadores e Organização dos Trabalhadores e Usuários, Organizações de Usuários e  
147 Movimentos Sociais. - Solicitação de inscrição do Núcleo de Aprendizagem  
148 Socioprofissionalizante; - Revalidação das inscrições; - Informes do Gestor; - Informes do  
149 CMAS; - Assuntos Gerais. Sem mais assuntos a tratar, a Assembleia foi encerrada pela  
150 Presidenta e eu Flávia Valentino – 2ª Secretária, lavrei a presente ata, a qual se apresenta  
151 assinada por mim e pela Presidenta Mayara da Silva Curcio.

152  
153  
154  
155  
156

---

Mayara da Silva Curcio  
Presidenta

---

Flávia Valentino  
2ª Secretária